



formações Gerais: Edital também disponível no portal transparência da PGT, no endereço eletrônico: www.pgt.mpt.gov.br/portalttransparencia

ALEXANDRE ALBERTO LEAL DE ALMEIDA
Pregoeiro

(SIDEAC - 10/04/2015) 200200-00001-2015NE000031

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região torna público o Registro de Preços referente à Ata nº 10/2015, oriunda do Pregão Eletrônico nº 35/2014, cujo objeto é aquisição de material de consumo - material de copa e cozinha, com vigência de 12 meses, a contar de 9/3/2015. Fornecedor Registrado: EXCELÊNCIA EVENTOS E SERVIÇOS LTDA. Valores unitários (cento) item 1 (copo descartável biodegradável 200ml) - R\$ 15,90; item 2 (copo descartável biodegradável 80ml) - R\$ 12,99. As Atas poderão ser vistas na íntegra no site www.prt1.mpt.gov.br.

Rio de Janeiro, 10 de abril de 2015
NEUZELI VILLAR NOGUEIRA CALHEIROS
Diretora

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 2/2015 - UASG 200091

Nº Processo: 206000024662015. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para locação de 02 (dois) CONTAINERS, conforme especificações no edital e em seus anexos, pelo período de 5 (cinco) meses. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/04/2015 de 08h00 às 12h00 e de 13h às 15h00. Endereço: Rua 48, 600 Espinheiro - RECIFE - PE. Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/04/2015 às 09h00 site www.comprasnet.gov.br.

ANTONIO FRANCISCO DE ALBUQUERQUE
Diretor

(SIDEAC - 10/04/2015) 200091-00001-2015NE000003

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMOS ADITIVOS

Contratante: União Federal/PRT 9ª Região. Assina: Procurador-Chefe, pela Contratante. Contrato nº 021/2009. Contratada: OI S.A. Espécie: Sexto Termo Aditivo. Objeto: prorrogar o prazo de vigência até 09/09/2015, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei 8666/93. Assinam: Frederico Gonçalves de Derneval Soares Silva, pela Contratada. Curitiba, 13/03/2014.

Contrato nº 021/2012. Contratada: Prosga Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda. Espécie: Terceiro Termo Aditivo. Objeto: Reajustar o valor mensal para R\$ 17.354,24, objetivando o equilíbrio econômico financeiro conforme CCT/2014 da categoria, com efeitos financeiros a partir de 01/02/2014, alterando a Cláusula Sétima, bem como prorrogar a vigência contratual, 03/11/2014 a 03/11/2015, de acordo com a Cláusula Nona. Assinam: Edson M. Sampaio e Rubens A. P. Nunes, pela Contratada. Curitiba, 08/10/2014.

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2015

O Pregoeiro Oficial da PRT 9ª Região, torna público que o certame em referência visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de recepção para a Sede da PRT 9ª Região em Curitiba/PR, foi revogado pelo Exmo. Procurador-Chefe, conforme preconiza o art. 49, caput, da Lei 8.666/93, subsidiária à Lei 10.520/02. O processo está à disposição na Sede da PRT 9ª Região, a Av. Vicente Machado, 84, Centro, Curitiba/PR.

VALMIR MAIOCHI

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: 4º Termo Aditivo ao Contrato 73/2012-MPM. Processo nº: 08160.019288/2014-79. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Alpes Construtora e Serviços Ltda. - ME. CNPJ: 10.227.498/0001-83. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de copeiragem na sede da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP. Vigência: 02/01/2015 a 01/01/2016. Data de assinatura: 02/01/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM, e Francisco da Cruz Pereira, pela contratada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032015041300134

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato 18/2013-MPM. Processo nº: 08160.003008/2015-91. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: World Digital Informática Ltda. CNPJ: 08.294.170/0001-38. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato de prestação de serviços de reprodução de cópias e impressões monocromáticas, com fornecimento de máquinas copiadoras/impressoras, tecnologia digital. Vigência: 03/04/2015 a 02/04/2016. Data de assinatura: 31/03/2015. Assinam: Jaime de Cassio Miranda, Diretor-Geral, pelo MPM, e Cláudio Borges de Castro e Silva, pela contratada.

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

O Ministério Público Militar torna público o Aviso de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico nº 13/2015, cujo objeto consiste no registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de confecção, montagem, instalação e garantia de assistência técnica de armários e outros itens diversos de marcenaria, destinada a suprir as necessidades da Procuradoria de Justiça Militar em Recife/PE. Vigência: de 13/04/2015 a 12/04/2016, conforme Ata nº 8-2015 - MODERN DESIGN DO BRASIL LTDA-EPP, itens 1 a 13. Valor Registrado: R\$ 56.206,99.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Diretor-Geral

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

RETIFICAÇÃO

Processo: 08190.191751/11-65

No extrato, publicado no D.O.U. - Seção 3, de 16/03/2015, página 139, coluna 3, onde se lê: "Processo: 08190.073931/12-29", leia-se: "Processo: 08190.191751/11-65".

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 89/2014

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresa vencedora: OI S.A., com valor global anual de R\$6.573,12. O Item 1 foi cancelado.

ANA LUIZA CARDOSO ZARDIM
Pregoeira

Tribunal de Contas da União

EDITAL Nº 4-TCU-AUFC E TEFC, DE 10 DE ABRIL DE 2015
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE AÇUCAR FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO E TÉCNICO FEDERAL DE CONTROLE EXTERNO

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) torna pública a retificação da autorização do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) no Edital nº 3 - TCU, de 31 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 01 de abril de 2015, que passa a ter o texto a seguir especificado.

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC) torna pública a autorização do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de concurso público para provimento de 66 cargos vagos de Auditor Federal de Controle Externo Área e Especialidade Controle Externo (AUFC-CE), sendo 36 na Orientação Auditoria Governamental e 30 na Orientação Tecnologia da Informação; e 42 cargos vagos de Técnico Federal de Controle Externo Área Apoio Técnico Administrativo Especialidade Técnica Administrativa (TEFC-ATA), bem como das eventuais vacâncias ocorridas durante período de validade do concurso, observado o interesse da Administração.

As vagas de AUFC-CE Orientação Auditoria Governamental serão distribuídas da seguinte forma: 29 (vinte e nove) em Brasília-DF, 2 (duas) no Acre, 1 (uma) no Amazonas, 1 (uma) no Amapá, 1 (uma) no Mato Grosso, 1 (uma) no Pará e 1 (uma) em Roraima.

As vagas de AUFC-CE Orientação Tecnologia da Informação serão destinadas ao Distrito Federal.

As vagas de TEFC-ATA serão distribuídas da seguinte forma: 32 (trinta e duas) em Brasília-DF, 1 (uma) no Acre, 1 (uma) no Amazonas, 1 (uma) na Bahia, 2 (duas) no Maranhão, 1 (uma) no Mato Grosso, 1 (uma) no Pará, 1 (uma) em Pernambuco, 1 (uma) em Rondônia e 1 (uma) em Roraima.

As normas de realização do concurso serão divulgadas no edital de abertura de inscrições.

Ficam revogados o Edital nº 1 - TCU - AUFC E TEFC, de 8 de julho de 2014, republicado no Diário Oficial da União (DOU) de 8 de julho de 2014, e o Edital nº 2 - TCU - AUFC E TEFC, de 17 de outubro de 2014, publicado no DOU de 20 de outubro de 2014.

FLÁVIA LACERDA FRANCO MELO OLIVEIRA
Presidente do Concurso

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 23/2015 - UASG 030001

Processo nº 028.321/2014-6. Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem como objeto a contratação de serviço de regularização de piso e aplicação de revestimento de alto desempenho (RAD) à base de resina epoxi na garagem do Edifício-Sede do Tribunal de Contas da União, em Brasília-DF, em regime de empreitada por preço

unitário, conforme especificações constantes do Anexo III deste Edital. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 13/04/2015 de 08h00 às 12h00 e de 14h às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul, Lote 1, Sala 140 Asa Sul - BRASÍLIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 13/04/2015 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/04/2015 às 14h00 site www.comprasnet.gov.br.

NATHALIA BRILHANTE BARBOSA
Pregoeira

(SIDEAC - 10/04/2015) 030001-00001-2015NE000001

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
DA ÁREA SOCIAL E DA REGIÃO NORDESTE
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
EM ALAGOAS

EDITAL Nº II, DE 9 DE ABRIL DE 2015

TC 011.553/2013-8

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADA CONSTRUTORA ELCONN LTDA, CNPJ: 00.596.302/0001-74, na pessoa de seu representante legal do Acórdão 6.779/2014-TCU-Segunda Câmara, Sessão de 11/11/2014 (retificado pelo Acórdão 1.301/2015-TCU-2ª Câmara), Sessão de 31/3/2015, proferido no processo de Tomada de Contas Especial - TC 011.553/2013-8, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, imputando-lhe débito e multa.

Foi fixado o prazo de quinze dias, a contar da data desta publicação, para que sejam recolhidos aos cofres da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, solidariamente com o Sr. Marcelo Marcos Rocha Souto - CPF: 227.480.324-20, o valor histórico de R\$ 452.228,68, atualizado monetariamente desde 7/11/2007, acrescido dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, a(s) quantia(s) eventualmente ressarcida(s), na forma da legislação em vigor. O valor total da dívida atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora até 9/4/2015: R\$ 1.060.187,09.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 8.000,00 com fundamento no art. 58, incisos I e IV, da Lei 8.443/1992, a qual será atualizada monetariamente desde a data do Acórdão nº 6779/2014-TCU-2ª Câmara (11/11/2014) até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, Regimento Interno do TCU).

Informações detalhadas acerca do processo, do valor histórico do débito com a respectiva data de ocorrência e do cofre credor podem ser obtidas junto à Seceax-AL ou em qualquer outra Secretaria de Controle Externo do Tribunal.

MARCELO CHAVES ARAGÃO
Secretário

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO NA BAHIA

EDITAL Nº 18, DE 8 DE ABRIL DE 2015

TC 034.314/2013-0

Pelo presente Edital, publicado por força do disposto no art. 22, inciso III, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, fica notificado o Sr. Jorge Luis dos Santos, CPF: 707.736.535-20 do Acórdão 1294/2014 - TCU - 1ª Câmara, Sessão de 15/4/2014, proferido no processo de Tomada de Contas Especial, TC 034.314/2013-0, por meio do qual o Tribunal não conheceu da representação e arquivou o referido processo. Por fim, informo que o Tribunal, por meio de suas Secretarias, encontra-se a disposição para prestar os esclarecimentos necessários.

MARCOS VINÍCIUS DE CASTRO REIS
Secretário Substituto

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DO MARANHÃO

EDITAL Nº 66, DE 9 DE ABRIL DE 2015

TC 021.374/2003-7

Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO(A) MARLENE F. LIMA, CNPJ: 63.573.919/0001-94, na pessoa de seu representante legal Marlene Ferreira Lima, CPF 499.582.163-53 que este Tribunal, ao apreciar os recursos de reconsideração interpostos pelo Sr. Antônio José Barbosa Campos Filho, José Machado Villar, Raimundo Pinheiro Junior, Gilberto de Brito Serejo, Fabiano Lima da Silva, pela Sra. Marlene de Souza Lima e pela empresa Marlene F. Lima, contra o Acórdão 2637/2014 - Plenário, lavrado no âmbito do TC 021.374/2003-7, que trata de Tomada de Contas Especial instaurada por força do item 9.4 do Acórdão 911/2003-Plenário, em autos apartados do TC 005.737/2002-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.